

FOLKCOMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA: ELEMENTOS DE UMA PRÁXIS INFORMACIONAL

FOLKCOMMUNICATION AND RESISTANCE: ELEMENTS OF
AN INFORMATIONAL PRAXIS

FOLKCOMUNICACIÓN Y RESISTENCIA: ELEMENTOS DE UNA PRAXIS
INFORMATIVA

Guilherme Moreira Fernandes

■ Professor do Centro de Artes, Humanidades e Letras e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/PPGCOM/UFRB). Doutor em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCOM/ECO/UFRJ). Presidente da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom).

■ E-mail: guilherme.fernandes@ufrb.edu.br

Flávio Menezes Santana

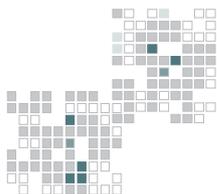
■ Professor substituto do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Diretor Financeiro da Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom).

■ E-mail: ms.flaviosantana@hotmail.com

Karina Janz Woitowicz

■ Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-doutora em Comunicação pelo Centro de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (CIESPAL/Equador). Bolsista produtividade CNPq.

■ E-mail: karinajw@gmail.com



RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma articulação entre a teoria da Folkcomunicação, formulada pelo brasileiro Luiz Beltrão, e o ideal da resistência, tônica dos estudos comunicacionais progressistas em âmbito latino-americano. Inicialmente o artigo dialoga com as evidências teóricas e empíricas para a construção de uma teoria brasileira da comunicação, destacando a função de práxis informacional. Na sequência, é abordada a resistência cultural, política e comunicacional com base em perspectivas latino-americanas, com foco na atuação dos movimentos sociais que utilizam diversos tipos de mídia on-line e off-line. O estudo se efetiva a partir de pesquisa bibliográfica e conclui sobre a atualidade das manifestações folkcomunicacionais como resistência no exercício da conquista de direitos (humano, social e ambiental) e liberdades (religiosa, civil, política) enunciadas a partir de um movimento com matriz informacional.

PALAVRAS-CHAVE: FOLKCOMUNICAÇÃO; RESISTÊNCIA; MOVIMENTOS SOCIAIS; DIREITOS HUMANOS.

ABSTRACT

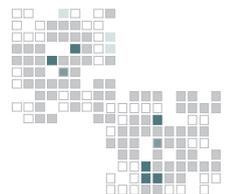
This article aims to make a connection between the theory of Folkcommunication, formulated by the Brazilian researcher Luiz Beltrão, and the ideal of resistance, the mainstay of progressive communicational studies in the Latin American context. Initially, the article dialogues with theoretical and empirical evidence for the construction of a Brazilian theory of communication, highlighting the role of informational praxis. Next, the resistance cultural, political and communicational is addressed based on Latin American perspectives, with a focus on the performance of social movements that use different types of media, online and offline. The study is carried out from a bibliographical research and concludes on the actuality of folkcommunication manifestations as resistance in the exercise of the conquest of rights (human, social and environmental) and freedoms (religious, civil, political) enunciated from a movement with an information matrix.

KEYWORDS: FOLKCOMMUNICATION; RESISTANCE; SOCIAL MOVEMENTS; HUMAN RIGHTS.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo hacer una articulación entre la teoría de la folkcomunicación, formulada por el brasileño Luiz Beltrão, y el ideal de resistencia, la tónica de los estudios comunicacionales progresistas en el contexto latinoamericano. Inicialmente, el artículo dialoga con evidencias teóricas y empíricas para la construcción de una teoría brasileña de la comunicación, destacando el papel de la praxis informacional. A continuación, se abordan las resistencias culturales, políticas y comunicacionales con base en las perspectivas latinoamericanas, con un enfoque en la actuación de los movimientos sociales que utilizan diferentes tipos de medios online y offline. El estudio se realiza a partir de una investigación bibliográfica y concluye sobre la actualidad de las manifestaciones de la folkcomunicación como resistencia en el ejercicio de la conquista de derechos (humanos, sociales y ambientales) y libertades (religiosas, civiles, políticas) enunciadas desde un movimiento con matriz informativa.

PALABRAS CLAVE: FOLKCOMUNICACIÓN; RESISTENCIA; MOVIMIENTOS SOCIALES; DERECHOS HUMANOS.



Prelúdio

O mundo tem vivido momentos intensos com os desafios trazidos pela pandemia da Covid-19, seja pela realidade baseada nos protocolos sanitários, pelo acirramento de um cenário de crise ou pelos velhos desafios agora escancarados. No Brasil, somam-se a isso tensionamentos que instabilizam as instituições e comprometem a integração social, tais como carência nas necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação, desprestígio aos setores da sociedade civil, ataques que ferem a liberdade de imprensa, descrédito à ciência, entre outros.

O histórico colonial, marcado pela violência e pela desigualdade social que constroem a cultura e a memória política da América Latina (Alonso; Tornay, 2017), é atualizado diante da exclusão neoliberal, da agenda conservadora, das medidas econômicas voltadas à precarização de serviços básicos da população e da concentração de mídia que promove o silêncio das minorias. Visualizamos que a comunicação, tal qual pensou Luiz Beltrão (1980, 2014), ainda é um dos principais problemas contemporâneos, e seu viés de transformação social tem sido ainda mais necessário.

Diante da necessidade de promover rupturas em relação à hegemonia política, econômica e sociocultural, com vistas a um paradigma de sociedade pautado pela democracia e pela pluralidade, a folkcomunicação torna-se expressão de resistência. É nas práticas que contrastam com as estruturas sociais dominantes que reside o reconhecimento das expressões que compõem o mosaico cultural dos grupos marginalizados, promovidas através da intersecção entre comunicação e ativismo a favor da cidadania, por meio de estratégias de atuação nas demandas sociais e na esfera (folk)midiática.

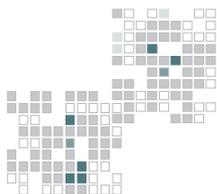
Busca-se, portanto, demonstrar no presente artigo que a folkcomunicação é uma teoria de resistência, seja a partir do interesse empírico e teórico do seu criador, ou de sua *práxis*. Para isso,

propomos um diálogo dos seus fundamentos básicos com as perspectivas contemporâneas, aliadas às práticas de ativismo desenvolvidas pelos grupos marginalizados no campo midiático, mencionadas ao longo do texto com o propósito de ilustrar as múltiplas formas de ação política que ganham espaço sobretudo no ambiente digital. É a partir dessas contribuições teóricas que se pode problematizar a atual condição de marginalidade social e midiática e colocar em pauta iniciativas de intervenção e promoção de lutas sociais por meio de práticas comunicacionais.¹

1. Evidências teóricas e empíricas para uma teoria da comunicação

As indagações que embasam o interesse de Beltrão (1980, 2014) por outras formas de comunicação, até então negligenciadas pelos comunicólogos (Marques de Melo, 1998), são marcas de sua trajetória intelectual e humana e estão estreitamente relacionadas aos fundamentos do jornalismo e da comunicação. O ensaio *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* (1992), lançado em 1959, é a primeira grande materialidade do interesse teórico do autor e ganhou relevância por demonstrar a preocupação com o “desapreço” com o qual o jornalismo era tratado pelas elites dirigentes brasileiras, que historicamente dificultaram o trabalho da liberdade de difusão da informação e da opinião. Além de sustentar uma “teoria do jornalismo”, delineando o comportamento e a responsabilidade do jornalismo com o objetivo de situá-lo “[...] como atividade essencial à vida das coletividades” (Beltrão, 1992, p. 65), o autor reconheceu um processo de exclusão que

1 O artigo é resultado de discussões realizadas pelos autores em pesquisas anteriores, que apresentam como eixo comum o interesse pela temática da resistência a partir da perspectiva teórica da folkcomunicação. Durante as sessões de trabalhos do GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (2020), surgiu a proposta de reunir as reflexões apresentadas com o propósito de demarcar os principais fundamentos utilizados na abordagem da resistência.



impunha limites à atuação do que chamou de jornalismo ortodoxo.

Quando terminei o primeiro [livro de jornalismo], um fenômeno me apresentou curioso: se o indivíduo é analfabeto, como é que se se forma? Se ele não vai ao cinema e se ele não tem televisão, como é que ele intercambia opinião? Daí eu me lembrei dos meus companheiros gráficos, lembrei-me de um que era presidente do “Lenhador Recife”, clube de frevo, lembrei-me da história de Lampião, de Antonio Silvino e de todos os bandoleiros de Pernambuco [...]. Aí, então, eu comecei a reconsiderar tudo isso e comecei a apanhar esses dados. Eu ainda estava impressionado com a informação puramente. Desse modo, eu chamei isso de folkcomunicação jornalística (Beltrão, 2011, p. 303).

A pesquisa de Aragão (2017) aponta diversas relações entre a obra citada (Beltrão, 1992) e a tese de doutoramento *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias* (Beltrão, 2014). As aproximações revelam que: 1) havia a preocupação com a eficácia da comunicação coletiva na difusão de conteúdo jornalístico; 2) ambas recorrem, a partir de uma pesquisa bibliográfica, à História, aos processos, práticas e significâncias do jornalismo, com o intuito de demonstrar as formas de comunicação que se faziam presentes no Brasil pré-Cabralino e no Brasil Colonial e que permaneceram de forma residual, embora ressignificada, como mecanismos de comunicação.

As premissas demonstradas ainda são pertinentes, em consonância com a defesa da prática jornalística com responsabilidade e comprometimento, haja vista os maus usos propositais do fazer, e as consequências geradas – a exemplo das *fake news* no contexto da pós-

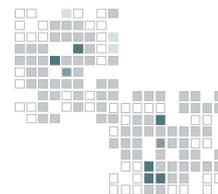
verdade.² O que em nada invalida a percepção de que existem milhões de pessoas invisibilizadas pelo sistema da comunicação e que, por isso, possuem seus próprios canais de expressão, além de uma rede própria de informação e manifestação de opinião.

A importância do legado de Beltrão (1980, 2014) é a de não negar a existência de uma comunicação de caráter popular, até então desconsiderada pelas “élites dominantes”, e a necessidade de estudá-la, sobretudo em um período em que os estudos científicos de comunicação davam seus primeiros passos.

Por essência, os estudos evidenciavam a dicotomia (dois brasis) e dois sistemas em confronto – o sistema da comunicação social, exercido de forma dominante pelos grupos detentores de poder e de capital, e o sistema da folkcomunicação, típico dos inviabilizados desses processos. Consideramos que a diferenciação entre ambos não têm o propósito de demarcar universos opostos e estanques; ao contrário, está orientada para as inter-relações entre meios populares e massivos, afinal Beltrão “reconheceu o universal que subsiste na produção simbólica dos grupos populares, percebendo ao mesmo tempo que os dois sistemas comunicacionais continuarão a se articular numa espécie de feedback dialético, contínuo, criativo” (Marques de Melo, 2008, p. 05).

A centralidade da questão estava ligada a funções jornalísticas: informação e opinião

² Considera-se que a expansão da desinformação ganha relevo no contexto de pós-verdade, marcado pela prevalência das crenças pessoais e emoções em relação aos fatos da realidade social, de modo a influenciar a opinião pública. Trata-se, segundo Borges Júnior (2019, p. 526), da “transformação dos mecanismos de funcionamento e expressão da esfera pública, que parecem migrar do domínio do ‘discurso argumentativo’ para o da ‘imagem midiática’”. O fenômeno das *fake news*, amplamente referenciado em disputas políticas nos últimos anos, compreende uma diversidade de processos de desinformação que se expandem sobretudo nas mídias sociais, tais como a utilização de dados manipulados, a distorção de dados verdadeiros, entre outras variações, conforme analisam Canavilhas e Ferrari (2018).



(com interpretação) – o que se pensava naquele momento, com foco central na atualidade, nos princípios éticos e na liberdade exercida com responsabilidade (Beltrão, 1992) transposta para os que utilizam o folclore para se comunicar (Beltrão, 2014). Entretanto, observou-se posteriormente que a folkcomunicação não se resume ao folkjornalismo, mesmo que exista a necessidade do seu público de se informar e manifestar um pensamento: “a folkcomunicação preenche o hiato, quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções da comunicação: educação, promoção e diversão [...]” (Beltrão, 1980, p. 26).

Assim como o conceito de folclore de Edson Carneiro (1965) foi naturalizado por Beltrão, a definição e o entendimento de marginalizado de Robert Park [1928] (2017) foi transposta para a “folkcomunicação” sem a preocupação de tensionamentos no universo das Ciências Sociais. O indivíduo marginalizado – e não marginal – é obrigado a permanecer na fronteira entre a sua cultura e a cultura dominante/hegemônica e optar por seguir a sua própria cultura (não integrar à sociedade) ou se adaptar como estratégias de sobrevivência e pertencimento. Daí advém o esforço empírico em categorizar os grupos em rurais, urbanos e culturalmente marginalizados, em sintonia com o contexto social da época.

Se, no primeiro momento, a folkcomunicação considera os usuários como “privados” dos meios tecnológicos vigentes, percebe-se também que há grupos que podem ter acesso a esses meios, mas quando o fazem, mantêm as características de sua cultura e não a da sensibilidade típica dos veículos massivos. Esse tensionamento, embora percebido, não chegou a ser explorado pelo fundador da teoria.

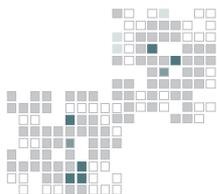
O primeiro esforço interpretativo é o motivo que leva a folkcomunicação a não ser classificada como uma comunicação classista. Acreditamos que Beltrão (1980) não se referiu à noção de “luta

de classe”, mas sim de classe como associações. Nos anos 1980 a comunicação sindical – que é genuinamente uma comunicação classista –, sobretudo a partir dos operários, estava em franca expansão. Entretanto, havia um direcionamento customizado e objetivos ideológicos.

Beltrão (1983) temia que a folkcomunicação fosse entendida e reduzida ao que podemos chamar hoje de “comunicação alternativa” e “comunicação nos movimentos populares” (Peruzzo, 2004), enquanto sua essência extrapola “efetivamente qualquer das áreas específicas científicas, artísticas, filosóficas ou pragmáticas como que e de que tratam” (Beltrão, 1983, p. 73). Embora a questão econômica esteja diretamente associada à noção de marginalidade, ela não é a única que opera no âmbito comunicacional, afinal, para o autor, a marginalidade também se dá em termos culturais.

Ocorre ainda que nem todos os usuários do sistema pertencem ao universo folclórico, isto é, são originalmente partícipes das camadas populares que sentem, pensam, agem e se expressam de forma peculiar, ligados a crenças, costumes e formas tradicionais e arraigadas no seu espírito e na sua vida. Como é o caso daqueles grupos culturalmente marginalizados que, comprometidos com ideologias contrárias ao regime político dominante se marginalizam ou dele são excluídos, não obstante sua filiação à cultura erudita (Beltrão, 1983, p. 74).

No universo folclórico eminentemente popular, os grupos marginalizados nos âmbitos urbano e rural (e rurano) se comunicam a partir das condições (e tecnologias) disponíveis. Se caracterizam os estudos de festividades de cunho religioso ou cívico imersos em um complexo fenômeno que é ao mesmo tempo material e discursivo. Para além das celebrações, a folkcomunicação igualmente se faz presente



nas práticas cotidianas e coletivas ligadas à sobrevivência econômica e cultural.

Os “dois Brasis”, constatação do francês Jacques Lambert (1969) com influência direta de pensadores progressistas brasileiros como Anísio Teixeira e Djacir Menezes, ainda explica a realidade de um país que não deixou de ser patrimonialista, patriarcal e escravista em dominância nos poderes desde o século XVI. Se nos anos dourados a população brasileira estava dividida “em dois sistemas de organização econômica e social, diferentes nos níveis como métodos de vida” (Lambert, 1969, p. 101) a pandemia de 2020 reafirmou a força de um passado colonial não superado com o desenvolvimentismo. É nesse ponto que o viés do território (Santos, 2000), inscrito num tempo histórico de longa duração, é determinante para a folkcomunicação.

Outro debate possível envolve os usuários que não fazem parte do “universo folclórico”, cuja base na marginalização está associada a questões de natureza religiosa, política e sexual (Woitowicz; Fernandes, 2017). Estes compõem o grupo que contesta a matriz religiosa dominante (no nosso caso a cristã, herança portuguesa), a ordem política (sustentada pelo capital com poder de dominação, herança colonial portuguesa) e a moral sexual (o regime patriarcal, monogâmico, novamente herança europeia). O domínio cultural imposto pela colonização portuguesa e, posteriormente, a norte-americana, edificado nas estruturas, também se revela no funcionamento excludente dos meios de comunicação em relação aos grupos de contestação, que os conduz à necessidade de criação de meios próprios de expressão – por isso são usuários e audiência da folkcomunicação.

Por fim, ao passo que a Comunicação Social e a Ciência da Comunicação se primaram a partir dos anos 1990 em estabelecer recortes e áreas específicas de atuação em nível de pesquisa –

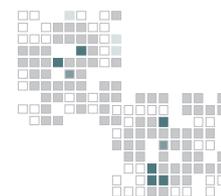
principalmente a partir da formação das linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação –, a Folkcomunicação ampliou consideravelmente sua área de atuação a partir da abrangência proposta por Roberto Benjamin (2000), que também se materializa no “confronto dos sistemas”.

2. Demarcação de resistência no campo da folkcomunicação

As perspectivas brasileiras e latino-americanas, sobretudo a expressa no ensaio “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire (2006), têm sido tônicas de muitos estudos folkcomunicacionais, principalmente no âmbito da extensão rural e do desenvolvimento local, cuja vertente “tem estimulado o regionalismo, registrando a visão daquelas pessoas sobre o que elas fazem [...] é uma forma de eternizar a origem e a história dos grupos marginalizados socialmente e culturalmente” (Maciel, 2012, p. 47).

Embora seja um elemento fundamental da base folkcomunicacional, o desenvolvimento local e a extensão rural não são os únicos elementos possíveis para a práxis folkcomunicacional. As transformações nos fluxos de comunicação da sociedade midiaticizada cumprem um campo complexo de interações entre comunicação e cultura que refletem nas relações sociais cotidianas das pessoas e dos grupos. Torna-se pertinente, portanto, refletir sobre os processos de comunicação dos grupos marginalizados enquanto mecanismo de resistência em uma tentativa de dialogar com as bases da teoria da folkcomunicação à luz de demandas emergentes das sociedades complexas.

Ao observar a correlação e a convivência entre o sistema de comunicação e as redes informais que caracterizam o sistema de folkcomunicação, Osvaldo Trigueiro (2006) aponta que as manifestações populares agregam valores culturais da sociedade midiática, assim como



ocorre com a cultura da mídia, que incorpora aspectos culturais populares. É neste cenário de intercâmbio entre fluxos massivos e populares que visualizamos o agente de folkcomunicação³ ou ativista folkmediático.

O ativista midiático pode operar nas esferas informais da produção cultural popular e nas esferas institucionais, realizando as conexões entre as experiências do seu mundo e as de outros notadamente ao vivo, pelo rádio e pela televisão. No entanto, permanece como um agente estratégico inserido no contexto da sua localidade (Trigueiro, 2006, p. 06).

Esses agentes buscam mecanismos de participação na esfera midiática, a partir do alcance de espaço para expor demandas e valores culturais de seu grupo de origem, e ao mesmo tempo atuar em movimentos da sociedade civil, a fim de fortalecer interesses coletivos e operar diferentes estratégias para visibilizar suas lutas a partir de espaços de comunicação.

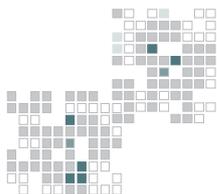
Esta perspectiva abre a possibilidade de entender não apenas os meios artesanais e espontâneos de comunicação, mas também sua implicação na elaboração de artifícios de ativismo no contexto popular, onde os sujeitos atuam não apenas como consumidores, mas também como produtores de comunicação industrial/ eletrônica (Peruzzo, 2004). Quer seja na vida social, na vida econômica ou política, cria-se um novo espaço público que pode provar novas formas políticas que permitem que os

indivíduos se comuniquem e se utilizem delas na defesa dos seus interesses. A interpretação de Júnia Martins (2013) é elucidativa para pensar a práxis no âmbito urbano:

Se Luiz Beltrão acompanhasse a evolução do século XXI, veria a utilização das redes sociais para unir localismos, embalando vozes de movimentos como o Grito dos Excluídos na Semana da Pátria, a Primavera Árabe e suas ações de resistência civil, o Occupy Wall Street e os protestos que ferveriam pelo Brasil em junho de 2013, em nome de mudanças políticas, econômicas e sociais. Talvez se interessasse, entre outras coisas, por cordéis vendidos em livrarias nos shopping, lendas difundidas por meio de bits, maracatus moldando seus personagens para concorrer a premiação no carnaval, tevê a cabo invadindo casas da classe média, modismos se apropriando da cultura popular... E, em meio a tudo isso, perceberia que a folkcomunicação permanece viva e ainda mais consolidada, pois os meios informais de comunicação popular são resilientes ao tempo e continuam, durante décadas, fomentando alternativas à grande mídia dominada pelas elites econômicas e culturais (Martins, 2013, p. 408).

E se complementam a isso os grafites, os sons, a ocupação do espaço público para manifestações como a Marcha das Vadias, a Marcha da Maconha, a Parada de Orgulho LGBTQIA+ que são vizinhas dos protestos por melhores condições de sobrevivência da vida vivida, com as paralisações por questões salariais e de trabalho digno, como os protestos da ausência do poder público em questões como saneamento básico, segurança etc. E ainda poderíamos apontar as ações dos Pontos de Cultura – eliminadas pela elite detentora do poder – que demonstraram o êxito de uma práxis folkcomunicacional advinda de uma prática cultural.

³ Trigueiro (2006, p. 03) parte da noção de líder de opinião desenvolvida por Beltrão (1980, 2014), que consiste em reconhecer a posição do “comunicador folk” como alguém que dispõe de prestígio no seu grupo de referência e mantém acesso a diferentes fontes de informação. “Os comunicadores folk são mediadores ativistas nas negociações da audiência das mensagens midiáticas que circulam nos vários estágios de difusão nos grupos sociais de referência do local interligados pelos sistemas interpessoais de comunicação”.



Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre cultura popular e resistência contra-hegemônica, uma vez que convivem no interior da mesma cultura atitudes conservadoras e progressistas (Ortiz, 1980), torna-se evidente o caráter de contestação presente nas manifestações da cultura e nas práticas de comunicação de grupos e movimentos sociais. Esta temática, que possui larga trajetória na América Latina, a partir da contribuição de pesquisadores que se dedicaram a promover a reflexão teórica vinculada à práxis política (Kaplún, 1996; Reyes Matta, 1986; Marques de Melo, 1998; Beltrán, 2019), é aqui retomada diante das demandas emergentes dos movimentos sociais latino-americanos, que colocam em pauta a necessidade de repensar os modelos sociais inviáveis sustentados na exploração econômica e no conservadorismo político.

Visualizamos processos permanentes de diálogo e tensão junto aos grupos e movimentos organizados que colocam em questão a hegemonia absoluta dos meios. Trata-se de observar que a crítica ao tratamento dado pela mídia a determinados temas e grupos sociais acompanha as dinâmicas entre produção e recepção de mensagens e reconhecer que, por vezes, algumas brechas fazem transparecer disputas discursivas e abordagens não consensuais. Visualizamos, neste aspecto, que cada vez mais as práticas de resistência envolvem a ocupação de espaços nos meios e a promoção de lutas sociais por intermédio da ação no ambiente comunicacional digital.

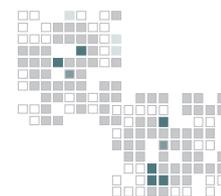
As pautas são as mais diversas e retornam ao argumento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Bobbio (2020) ao apresentar a “Era dos Direitos” diz que a conquista de direitos foi a marca significativa do século XX. Todavia, ao passo que em âmbito legal há demarcações importantes materializadas nas Constituições cidadãs, na prática cotidiana percebemos que

princípios como a dignidade humana não são problematizados no âmbito político de quem exerce o poder. É por meio de manifestações, com vias informacionais sobre os direitos, que a não observância de elementos constitucionais gera reivindicações de movimentos organizados.

O momento de efervescência política marcado pelos protestos na América Latina em 2019, que envolveu países como Chile, Equador, Colômbia, Peru, entre outros, é ilustrativo dessa discussão. O contexto comum, resultado do modelo político neoliberal que levou à precariedade de serviços como transporte, saúde, educação e ao empobrecimento da população, motivou a resistência popular em diferentes países. Foram muitas as manifestações dos movimentos populares e igualmente numerosas as ocorrências de repressão policial, que revelaram uma crise política que colocou em evidência o nível de desigualdade social e as reivindicações de setores invisibilizados em distintos países. Sobre esse conjunto de protestos, que ocupou a mídia de referência e os meios independentes, circularam versões oficiais que buscavam deslegitimar os movimentos e também denúncias sobre abusos e violações por parte dos governos e da polícia.

Frente a essa realidade, observa-se que, no interior dos movimentos sociais, convivem práticas consideradas “tradicionais” de ativismo, baseadas nas manifestações no espaço público, e novas formas de militância, que acionam o uso das tecnologias como forma de fortalecer um discurso contra-hegemônico e criar uma esfera pública alternativa para projetar suas demandas. Assim, são conjugadas práticas de comunicação nas ruas e no cenário midiático que ampliam o alcance e o potencial de articulação em redes de movimentos.

A apropriação dos meios e técnicas de comunicação (Peruzzo, 2004; León, 2005) se insere nas práticas dos movimentos sociais e caracteriza uma forma particular de ativismo



protagonizado por grupos que se configuram como minorias sociais. Este processo pode ser identificado nos mais diversos movimentos – relacionados a questões de classe, raça, gênero, entre outros marcadores sociais –, que utilizam o ambiente virtual para promover a contrainformação e visibilizar discursos e ações sintonizados com as suas necessidades (Silva; Nunes, 2017). A mediação de conflitos ambientais (o que Bobbio chama de direitos de terceira geração) também é ressignificada por meio da folkcomunicação (Palma; Skewes; Guerra, 2016; Urra, 2016). Trata-se de um tipo de ativismo (folk)midiático, que pressupõe a intervenção no campo das mídias digitais, sem abrir mão das disputas que acontecem no cenário off-line.

Paralelamente à ocupação de espaços nas mídias digitais para a promoção das lutas dos movimentos, é importante ter presente o crescente processo de expansão de iniciativas de criação de meios alternativos e independentes em ambiente digital, com vínculos de identificação com movimentos sociais. Com diferentes perfis e perspectivas editoriais, tais canais assumem hoje o papel de inserir determinados temas e atores sociais na agenda pública e, em grande medida, fazer frente aos discursos da mídia hegemônica, que permanece dependente de interesses econômicos e políticos. Desse modo, ampliam-se os espaços para que vozes minoritárias possam ser ouvidas e expressem valores e demandas dos setores marginalizados social e culturalmente.

No cenário latino-americano, muitas e diversas são as experiências independentes que têm se colocado como espaço potencial para visibilizar as demandas dos movimentos sociais e as pautas de interesse público. Em um levantamento das iniciativas jornalísticas digitais que compreendem modelos de negócio diferentes da mídia comercial, Yúdice (2016) analisa 34 veículos na América Latina, vários deles mantidos com financiamento coletivo. Alba (2020), por sua

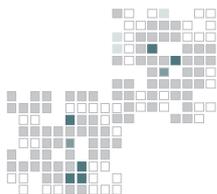
vez, destaca a atuação de pelo menos 20 meios independentes digitais na Região, pertencentes a um universo muito mais amplo de iniciativas, “que consolidan la apuesta por temáticas de compromiso social, de verificación y control del poder y de llegar a comunidades menos accesibles y más desfavorecidas”. Aspectos como independência editorial e ênfase em temáticas de direitos humanos, denúncia social, diversidade cultural, questões de gênero e meio ambiente, entre outras, figuram entre as características desses meios emergentes.

Além desses registros, é importante destacar o amplo mapeamento dos meios independentes que tem sido realizado pela SembraMedia⁴, organização fundada em 2015 que já identificou mais de 750 publicações digitais latino-americanas, da Espanha e de meios hispânicos nos Estados Unidos. O levantamento revela um cenário em crescente expansão, que tem reconfigurado as dinâmicas de comunicação ao retirar a centralidade dos meios hegemônicos na oferta de informações aos cidadãos e possibilitar a construção de outras narrativas sobre o mundo social.

No Brasil, uma iniciativa de mapeamento do jornalismo independente é alimentada pela Agência Pública⁵, que selecionou experiências que nasceram na rede e se apresentam como resultado de “projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”. Atualmente, são mais de 200 meios registrados no portal, número que revela a diversidade de projetos e de públicos representados. Os vínculos com determinados grupos e movimentos sociais, que perpassam questões de moradia, raça, meio ambiente, gênero, cultura, direitos humanos, geração,

4 Disponível em: <https://www.sebramedia.org/directorio-de-medios/>

5 Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>



pertencimento a uma comunidade, entre outras variações das lutas sociais, revela-se nas temáticas abordadas pelos veículos, nas vozes representadas e no modo de atuação colaborativa.

É interessante observar que, a exemplo do que preconiza o conceito de ativista folkmediático, a atuação por meio das mídias, em diversas iniciativas independentes, pressupõe uma forma de intervenção social e participação nos temas trabalhados. Os veículos não apenas se ocupam em fomentar a difusão de informações de interesse coletivo, mas assumem papel articulador, de denúncia e de mobilização. Esse intercâmbio guarda estreitas relações com a perspectiva da folkcomunicação, ao articular fluxos de comunicação institucional e popular de forma horizontal e dinâmica. Além disso, a partir de distintos meios e estratégias discursivas desenvolvem-se práticas de ativismo midiático atreladas aos movimentos sociais e aos grupos organizados, que fazem ecoar sua cultura, seus saberes e suas lutas no espaço público virtual.

Reflexões finais

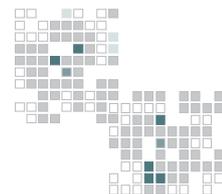
As reflexões apresentadas ao longo deste artigo confirmam o caráter de resistência da folkcomunicação, tanto no interesse empírico e teórico quanto no seu pioneirismo frente aos estudos de comunicação no Brasil; e no reconhecimento e valorização dos mecanismos de comunicação dos grupos marginalizados e sua rede de informação e expressão de ideias. Ao mesmo tempo, a partir do viés de ação ou contestação, expresso nas mensagens de caráter informal, artesanal e horizontal, infere-se que o povo não é passivo aos meios de comunicação e à visão política hegemônica.

Percorremos alguns fundamentos da obra de Luiz Beltrão para caracterizar os fluxos

dinâmicos que perpassam as manifestações populares e evidenciar heranças de um processo de invisibilização – social e midiática – que persiste em diferentes cenários no Brasil e na América Latina. Constatamos que enquanto os instrumentos de dominação se atualizam e reafirmam ainda mais o poder dos meios de comunicação na sociedade, o sistema da folkcomunicação também se reinventa e, a partir da criatividade das grandes massas marginalizadas que detêm maior poder no processo comunicacional, manifesta resistência aos ditames dominantes.

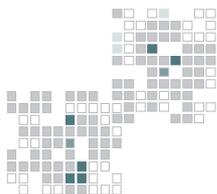
Ainda que as reflexões sejam pontuais, indicamos alguns caminhos para pensar as práticas de resistência que operam por meio dos processos comunicacionais e evidenciam a atualidade da folkcomunicação para investigar contextos de desigualdade e marginalidade do nosso tempo. E, sobretudo, para vislumbrar o potencial dos grupos marginalizados de promover lutas sociais e projetar outros modelos de sociedade a partir de sua cultura, sua vivência e seus anseios na busca pela garantia de direitos e conquista de liberdades.

O cenário de desordem provocado pela crise sanitária mundial – sobretudo pelos velhos desafios agora escancarados que instabilizam as instituições e comprometem a integração social – evidencia imediata ascensão dos movimentos de luta e resistência no pós-pandemia, o que consequentemente exige novas possibilidades de leituras sob a ótica da folkcomunicação. Neste aspecto, reconhece-se a relevância dos estudos folkcomunicacionais e dos atuais avanços da teoria sem desobrigar a necessidade de revisitação e atualização dos conceitos existentes e a possibilidade de aproximação à outras perspectivas teórico-metodológicas.



Referências

- ALBA, J. A. G. Los emergentes nativos digitales en América Latina. Asociación Técnica de Diarios Latinoamericanos. *Boletín Semanal*, septiembre, 1, 2020. Disponível em: <https://newsletter.atdl.org/index.php/173-newsletter-29-mayo-2020/2761-los-emergentes-nativos-digitales-en-america-latina>.
- ALONSO, M. O.; TORNAY, M. C. Hacia un periodismo-otro: culturas periodísticas en América Latina, en el marco del giro decolonial. In: ALONSO, M. O. *Culturas periodísticas iberoamericanas: La diversidad de un periodismo propio*. Col. Cuadernos Artesanos de Comunicación, 125. La Laguna (Tenerife): Latina, 2017, p. 317-339.
- ARAGÃO, I. P. *Elos teórico-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967)*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017.
- ARAÚJO, L. V.; ALVES FILHO, M. H. S.; NUNES, M. V. Mídia, Movimento Passe Livre e Cidadania: a cobertura do Estado de São Paulo durante as manifestações de junho de 2013. *Mídia e Cotidiano*, Niterói, v. 5, n. 5, p. 01-18, dez. 2015.
- BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: Comunicação Horizontal. In: PRATA, N.; JACONI, S.; SANTANA, F. (Orgs.) *Pensamento Comunicacional na América Latina – textos antológicos e autores emblemáticos*. São Paulo: Intercom, 2019. p. 167-2101.
- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- BELTRÃO, L. A pesquisa em folkcomunicação. In: MARQUES DE MELO, J. (org.). *Pesquisa em Comunicação no Brasil: tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez; Intercom; CNPq, 1983. p. 70-76.
- BELTRÃO, L. *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*. 2ª ed. São Paulo: Edusp; Comarte, 1992.
- BELTRÃO, L. Folkcomunicação e classes sociais (Entrevista para a Revista Intercom). In: MARQUES DE MELO, J.; MORAIS, O. J. (org). *Vozes da distensão e transição: o debate político na sociedade*. São Paulo: Intercom, 2011, p. 287-306.
- BELTRÃO, L. *Folkcomunicação: Um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. 2. ed. Porto Alegre: Edupucrs, 2014.
- BENJAMIN, R. *Folkcomunicação no contexto de massa*. João Pessoa. UFPB, 2000.
- BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: LTC, 2020.
- BORGES JÚNIOR, EL. O que é a pós-verdade? Elementos para uma crítica do conceito. *Brazilian Journalism Research*, v. 15 n. 3, 2019, p. 496-513.
- CANAVILHAS, J.; FERRARI, P. Fact-checking: o jornalismo regressa às origens. In: BUITONI, D. S. (Org.). *Jornalismo em tempo de transformação: desafios de produção e de ação*. Porto Alegre: Sulina, 2018. p. 30-49.
- CARNEIRO, E. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FERNANDES, G. M. A resistência como sentido da folkcomunicação: em busca de elementos teóricos próprios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Salvador. *Anais [...]* São Paulo: Intercom, 2020.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- KAPLÚN, M. *El comunicador popular*. 2. ed. Argentina: Lúmen-Humanitas, 1996.
- LAMBERT, J. *Os dois Brasís*. 5. ed. São Paulo: Cia. ed. Nacional, 1969.
- LEÓN, O. (Org.). *Movimientos sociales y comunicación*. Quito: Agencia Latinoamericana de Información - ALAIC, 2005.
- MACIEL, B. Folkcomunicação e desenvolvimento local. In: LOPES FILHO, B. B.; FERNANDES, G. M.; COUTINHO, I. et al. (Orgs.) *A Folkcomunicação no limiar do século XXI*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012, p. 43-52.
- MARQUES DE MELO, J. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARQUES DE MELO, J. Mutações em folkcomunicação: revisitando o legado beltraniano. *Razón y Palabra*, n. 60, 2008.
- MARTINS, J. M. D. Comunicação popular e região no Brasil segundo Luiz Beltrão. In: MARQUES DE MELO, J.; FERNANDES, G. M. (Orgs.). *Metamorfose da Folkcomunicação: antologia brasileira*. São Paulo: Editae Cultural, 2013, p. 405-408.
- ORTIZ, R. *A consciência fragmentada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- PALMA, L.; SKEWES, J.C; GUERRA, D. Folkcomunicación y medio ambiente: resignificación de los conflictos ambientales a través de la música popular. In: YÁÑEZ AGUILAR, C. et al. (Orgs.). *Folkcomunicación en América Latina: diálogos entre Chile y Brasil*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 2016. p. 245-255.
- PARK, R. E. A migração humana e o homem marginal. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, v.1, n.3, p. 114-123, nov. 2017.
- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- REYES MATTA, F. *Comunicación alternativa y búsquedas democráticas*.



- México: Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1983.
- SANTANA, F. M. Líder de Opinião e Ativismo Midiático: o Papel das Lideranças Folkcomunicacionais na perspectiva da Sociedade em Rede. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, 20., 2021, São Luís. **Anais [...]** São Paulo: Rede Folkcom, 2021.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo*. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- SILVA, L. V.; NUNES, M. V. Mídias negras: um espaço de produção do ativismo da juventude negra Kalunga através do uso das novas tecnologias. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, Ponta Grossa, v. 15, n. 35, p. 63-86, 2017.
- TRIGUEIRO, O. M. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, Ponta Grossa, v. 4, n. 7, p. 1-13, jan./jun. 2006.
- URRA, R. M. Pueblos, sociedades y grupos en movimiento: interpretación dialéctica de la praxis cultural y socioambiental. In: YÁÑEZ AGUILAR, C. et al. (Orgs.). *Folkcomunicación en América Latina: diálogos entre Chile y Brasil*. Temuco: Ediciones Universidad de La Frontera, 2016. p. 229-243.
- WOITOWICZ, K. J.; FERNANDES, G. M. Folkcomunicação e Estudos de Gênero: práticas de comunicação nos grupos homossexuais. *Chasqui: Revista latinoamericana de comunicación*, Quito, Ciespal, n. 135, p. 233-252, 2017.
- YÚDICO, J. M. *Estudio de Medios Digitales y Periodismo en América Latina: Iniciativas, modelos de negocio y buenas prácticas*. México: Factual / Fondo Regional para la Innovación Digital en América Latina y el Caribe, 2016. Disponível em: http://primeirodigital.com.br/wpcontent/uploads/2016/02/EstudioMediosDigitales_Factual_2016.pdf.
- WOITOWICZ, K. J. Folkcomunicação e práticas de ativismo: apropriações midiáticas e estratégias de luta dos movimentos sociais no ambiente digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, Salvador. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2020.

